



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 10 – Nº 04

Abril de 2009

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

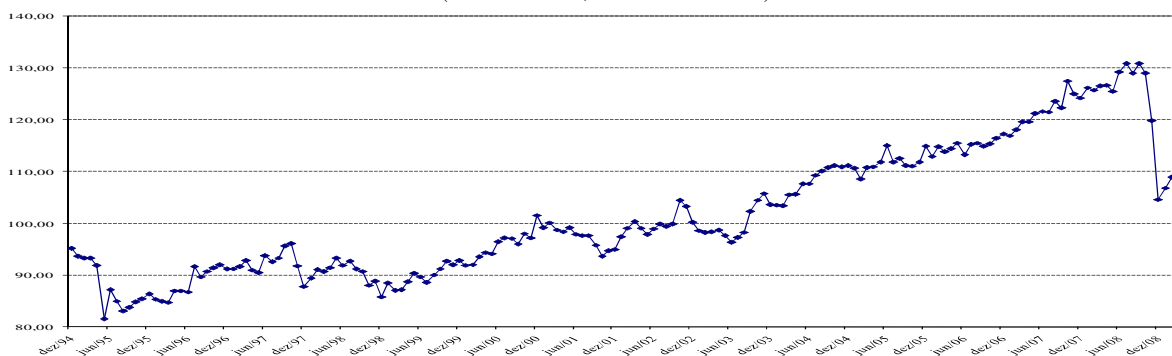
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)
1994 Dez	95,2	-	-	7,6
1995 Dez	86,4	-	-	1,8
1996 Dez	91,2	-	-	1,7
1997 Dez	87,8	-	-	3,9
1998 Dez	85,8	-	-	-2,0
1999 Dez	92,8	-	-	-0,7
2000 Dez	101,6	-	-	6,6
2001 Dez	95,0	-	-	1,6
2002 Dez	100,3	-	-	2,7
2003 Dez	103,7	-	-	0,0
2004 Dez	111,1	-	-	8,3
2005 Dez	114,9	-	-	3,1
2006 Dez	117,3	-	-	2,8
2007 Dez	124,9	-	-	6,0
2008 Abr	126,7	5,9	0,1	7,0
2008 Mai	125,5	3,5	-0,9	6,7
2008 Jun	129,3	6,2	3,0	6,7
2008 Jul	130,9	7,7	1,2	6,9
2008 Ago	129,0	4,4	-1,4	6,4
2008 Set	130,9	7,0	1,4	6,8
2008 Out	129,0	1,2	-1,4	5,9
2008 Nov	119,8	-4,1	-7,1	4,8
2008 Dez	104,7	-15,8	-12,7	3,1
2009 Jan	106,9	-15,4	2,1	1,0
2009 Mar	108,9	-13,4	1,9	-1,0
2009 Fev	109,7	-13,3	0,7	-1,9

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2008 Média	nd	nd			
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9
Jul	nd	nd	8,1	8,3	14,1
Ago	nd	nd	7,6	8,0	14,0
Set	nd	nd	7,6	8,0	13,5
Out	nd	nd	7,5	7,7	12,5
Nov	nd	nd	7,6	8,2	12,3
Dez	nd	nd	6,8	7,1	11,8
2007					
Jan	nd	nd	8,2	9,4	12,5
Fev	nd	nd	8,5	10,0	13,5
Mar	nd	nd	9,0	10,5	14,9

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em março de 2009, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 9,0%, verificando-se uma alta de 0,5 pontos percentuais (p.p.) em relação a fevereiro de 2009. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma alta de 0,4 (p.p.). Em São Paulo, a taxa obteve alta de 0,5p.p. entre os meses de fevereiro (10,0%) e de março de 2009 (10,5%). Quando comparado com março de 2008, verificou-se alta de 0,9p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego Total em São Paulo sofreu alta de 1,4p.p. entre os meses de fevereiro (13,5%) e março de 2009 (14,9%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu alta de 0,6 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

	Ocupados ²		Assalariados ³		
	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	
1999	Fev	1.702	72,4	1.728	70,3
2000	Fev	1.522	64,8	1.551	63,1
2001	Fev	1.460	62,1	1.495	60,8
2002	Fev	1.310	55,8	1.384	56,3
2003	Fev	1.199	51,0	1.275	51,9
2004	Fev	1.217	51,8	1.286	52,3
2005	Fev	1.199	51,0	1.274	51,8
2006	Fev	1.221	51,9	1.298	52,8
2007	Fev	1.241	52,8	1.302	53,0
2008					
	Fev	1.222	52,0	1.284	52,2
	Mar	1.268	54,0	1.344	54,7
	Abr	1.268	54,0	1.351	55,0
	Mai	1.272	54,1	1.355	55,1
	Jun	1.243	52,9	1.322	53,8
	Jul	1.220	51,9	1.274	51,8
	Ago	1.239	52,7	1.270	51,7
	Set	1.227	52,2	1.247	50,7
	Out	1.232	52,4	1.263	51,4
	Nov	1.202	51,1	1.258	51,2
	Dez	1.220	51,9	1.266	51,5
2009					
	Jan	1.229	52,3	1.271	51,7
	Fev	1.241	52,8	1.283	52,2

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região Metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	69,2	11.323,2	4,2	83,8
1995	705,6	4,2	72,1	11.619,9	2,6	86,0
1996	844,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1997	939,1	3,4	76,2	11.903,0	1,8	88,1
1998	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1999	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
2000	1.179,5	4,3	79,7	11.906,2	2,8	88,1
2001	1.302,1	1,3	80,7	11.885,9	-0,2	87,9
2002	1.477,8	2,7	82,9	12.024,1	1,2	89,0
2003	1.699,9	1,1	83,8	11.985,7	-0,3	88,7
2004	1.941,5	5,7	88,6	12.489,4	4,2	92,4
2005	2.147,2	3,2	91,4	12.702,1	1,7	94,0
2006	2.332,9	3,8	94,9	12.996,5	2,3	96,1
2007	2.558,8	5,4	100,0	13.517,3	4,0	100,0
2008	2.889,7	5,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008					2009				12 meses			
														Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		Fev	Mar	Abr
IGP-DI	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	1,9	1,9	1,1	-0,4	0,4	1,1	0,1	-0,4	0,0	-0,1	-0,8	0,0	4,7
IGP-M	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	9,8	1,6	2,0	1,8	-0,3	0,1	1,0	0,4	-0,1	-0,4	0,3	-0,7	-0,2	5,4
IPC-DI	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	6,1	0,9	0,8	0,5	0,1	-0,1	0,5	0,6	0,5	0,8	0,2	0,6	0,5	6,0
IPA-DI	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	9,8	2,2	2,3	1,3	-0,8	0,4	1,4	-0,2	-0,9	-0,3	-0,3	-1,5	-0,1	3,5
IPA-OG-ag	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	1,7	2,5	3,9	1,1	-5,1	-0,5	0,0	-0,6	-1,3	2,1	-0,4	-2,4	1,4	0,4
IPA-OG-in	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	13,0	2,1	1,7	1,3	0,9	0,8	1,9	0,0	-0,7	-1,2	-0,3	-1,2	-0,6	4,8
INPC	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	6,5	1,0	0,9	0,6	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3	0,6	0,3	0,2	0,6	5,8
IPCA	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	0,8	0,7	0,5	0,3	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5	0,6	0,2	0,5	5,5
IPC-Fipe	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	6,2	1,2	1,0	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,2	0,5	0,3	0,4	0,3	6,0
ICV	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	6,1	0,9	1,0	0,9	0,3	0,1	0,4	0,5	0,1	0,7	0,0	0,4	0,3	5,8

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) em abril de 2009 registrou taxa de -0,1%. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) registrou inflação de 0,0%, em abril. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou queda na sua taxa de variação de 0,6%, em março, para 0,5%, em abril.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou alta de 0,3 p.p., verificando taxa de 0,5% no mês de abril de 2009. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou alta de 0,4 p.p., observando taxa de 0,6% no mês de abril.

Em abril, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, taxa de 0,3%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	660,9	48,4	881,1	50,5	913,1	52,4	957,0	47,0	1.002,5	46,5	1.067,4	44,7	1.150,	42,7	1.069,6	36,0	1.098,1	37,6
1.1 Governo federal e Bacen	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,3	728,3	24,5	762,2	26,1
1.2 Governos estaduais ²	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,0	359,6	12,1	355,5	12,2
1.3 Governos municipais	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8	55,4	1,9	56,3	1,9
1.4 Empresas Estatais	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5	-73,7	-2,5	-75,8	-2,6
2 Dívida interna líquida	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	530,0	38,8	654,3	37,5	726,7	41,7	818,1	40,2	952,2	44,1	1.130,9	47,4	1.393,1	51,7	1.488,8	50,1	1.500,8	51,4
2.1 Governo federal e Bacen	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,3	1.085,0	36,5	1.104,2	37,8
2.2 Governos estaduais ²	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,6	343,5	11,6	339,1	11,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	52,9	1,8	53,8	1,8
2.4 Empresas Estatais	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0	7,4	0,3	3,8	0,1
3. Dívida externa líquida	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	130,8	9,6	226,8	13,0	186,5	10,7	138,9	6,8	50,3	2,3	-63,5	-2,7	-242,8	-9,0	-419,2	-14,1	-402,8	-13,8
3.1 Governo federal e Bacen ³	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0	-356,7	-12,0	-342,0	-11,7
3.2 Governos estaduais ²	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5	16,3	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1	2,5	0,1
3.4 Empresas Estatais	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5	-81,1	-2,7	-79,6	-2,7

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou março de 2009 em R\$ 1.098,1 bilhões, o que representou 37,6% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	53,2	5,7	72,5	7,4	96,2	9,0	49,3	4,2	72,1	4,8	138,3	9,4	56,3	3,3	43,8	2,3	59,1	2,7	67,7	2,9	57,9	2,3	44,3	1,5	65,2	2,2
1.1 Governo federal e Bacen ³	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9	55,9	1,9
1.2 Governos estaduais ⁵	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0	20,9	0,7
1.3 Governos municipais	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2	5,0	0,2
1.4 Empresa/s Estatais	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6	-15,8	-0,6	-16,7	-0,6
2 Juros nominais ²	44,9	4,8	72,6	7,4	127,2	12,0	87,4	7,4	105,6	8,1	190,7	12,9	122,5	7,2	124,9	6,4	152,6	7,1	157,8	6,8	159,5	6,3	162,3	5,6	161,1	5,5
2.1 Governo federal e Bacen ³	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7	96,2	3,3	106,9	3,7
2.2 Governos estaduais ⁵	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9	45,6	1,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3	10,1	0,4	8,7	0,3
2.4 Empresas Estatais	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1	0,4	0,0	-0,2	0,0
3. Primário ⁴	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-52,4	-3,6	-66,2	-3,9	-81,1	-4,2	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0	-118,0	-4,1	-95,9	-3,3
3.1 Governo federal e Bacen ³	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5	-51,0	-1,8
3.2 Governos estaduais ⁵	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9	-24,7	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2	-3,7	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5	-16,2	-0,6	-16,5	-0,6

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em março de 2009, foi de R\$ 65,2bilhões, o que representou 2,2% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR – Imposto Territorial Rural** – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal** – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios** – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação – Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação** – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro – Imposto sobre Operações Financeiras Ouro** – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX – Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações** – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2009 até março - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	410.868	0	57.737	355	75	0	1.716	470.752
Alagoas	499.636	0	50.823	3.277	1.556	0	3.218	558.509
Amazonas	335.132	21	46.823	3.931	6.332	0	3.758	395.996
Amapá	409.787	91	63.377	1.585	493	0	1.376	476.710
Bahia	1.128.501	0	183.472	14.495	35.302	0	14.661	1.376.431
Ceará	881.175	12	92.184	6.352	4.664	0	7.929	992.317
Distrito Federal	82.894	0	20.369	4.211	522	0	4.301	112.297
Espírito Santo	180.153	0	31.154	16.627	21.569	0	4.839	254.342
Goiás	341.462	0	79.347	5.205	8.333	0	11.037	445.383
Maranhão	866.919	5	103.590	6.547	5.431	0	6.895	989.389
Minas Gerais	534.994	0	249.785	50.326	63.233	0	25.229	923.566
Mato Grosso do Sul	159.976	0	32.929	4.815	3.528	0	5.734	206.981
Mato Grosso	277.183	100	54.132	7.569	6.198	0	6.550	351.732
Pará	734.062	329	118.072	17.018	24.416	0	6.833	900.732
Paraíba	575.156	1	84.054	1.121	1.108	0	4.141	665.581
Pernambuco	828.727	0	133.717	5.794	3.230	0	7.746	979.214
Piauí	519.008	0	62.525	1.176	152	0	4.605	587.468
Paraná	346.278	0	139.232	39.322	50.435	0	15.291	590.557
Rio de Janeiro	183.480	27	50.793	22.874	83.181	0	11.653	352.007
Rio Grande do Norte	501.773	0	66.024	1.412	881	0	4.420	574.510
Rondônia	338.159	65	48.076	973	1.644	0	2.964	391.880
Roraima	297.937	8	51.924	149	25	0	1.538	351.581
Rio Grande do Sul	282.816	2	133.724	39.173	61.791	0	13.117	530.622
Santa Catarina	153.706	0	69.363	14.006	35.940	0	8.377	281.392
Sergipe	499.059	0	54.510	977	459	0	2.691	557.697
São Paulo	120.102	8	223.779	121.453	105.167	0	42.591	613.100
Tocantins	521.242	0	77.405	307	172	0	4.409	603.535
Total	12.010.183	669	2.378.920	391.053	525.835	0	227.619	15.534.279

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2009 até março - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	65.660	0	31.854	118	25	28	0	572	98.257
Alagoas	298.063	0	121.647	1.092	519	215	0	1.073	422.609
Amazonas	176.519	48	56.113	1.310	2.111	623	0	1.253	237.976
Amapá	43.966	212	22.369	528	164	82	0	459	67.781
Bahia	1.143.772	0	392.214	4.832	11.767	733	0	4.887	1.558.205
Ceará	654.157	27	276.704	2.117	1.555	216	0	2.643	937.419
Distrito Federal	20.599	0	0	0	174	44	0	0	20.818
Espírito Santo	216.328	0	53.215	5.542	7.190	151	0	1.613	284.039
Goiás	455.583	0	74.096	1.735	2.778	1.503	0	3.679	539.373
Maranhão	522.961	12	297.949	2.182	1.810	260	0	2.298	827.474
Minas Gerais	1.648.635	0	190.008	16.775	21.078	3.034	0	8.410	1.887.939
Mato Grosso do Sul	191.012	0	36.117	1.605	1.176	4.426	0	1.911	236.247
Mato Grosso	231.923	233	45.342	2.523	2.066	1.818	0	2.183	286.089
Pará	457.146	768	245.086	5.673	8.139	583	0	2.278	719.674
Paraíba	405.371	2	115.557	374	369	148	0	1.380	523.201
Pernambuco	629.470	0	186.995	1.931	1.077	280	0	2.582	822.336
Piauí	319.226	1	124.346	392	51	184	0	1.535	445.735
Paraná	859.705	0	110.802	13.107	16.812	2.682	0	5.097	1.008.205
Rio de Janeiro	369.957	64	81.117	7.625	27.727	681	0	3.884	491.055
Rio Grande do Norte	311.133	0	87.192	471	294	85	0	1.473	400.647
Rondônia	114.073	152	37.541	324	548	143	0	988	153.768
Roraima	78.985	18	18.906	50	8	69	0	513	98.549
Rio Grande do Sul	852.602	4	106.082	13.058	20.597	2.046	0	4.372	998.761
Santa Catarina	487.991	0	64.219	4.669	11.980	351	0	2.792	572.003
Sergipe	182.270	0	73.792	326	153	69	0	897	257.507
São Paulo	1.662.991	19	169.975	40.484	35.056	3.274	0	14.197	1.925.995
Tocantins	177.865	0	54.034	102	57	303	0	1.470	233.831
Total	12.577.962	1.560	3.073.273	128.947	175.278	24.029	0	74.439	16.055.491

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	230,5
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	352,6
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	523,9
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	706,8
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	880,7
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	940,4
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.065,3
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.149,8
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.039,4
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.095,9
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.065,5
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.230,6
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.364,7
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.495,0
2008				
Mar	1.479,0	0,0	1.479,0	1.565,6
Abr	1.491,2	0,0	1.491,2	1.561,0
Mai	1.489,4	0,0	1.489,4	1.530,3
Jun	1.507,5	0,0	1.507,5	1.520,2
Jul	1.534,9	0,0	1.534,9	1.530,8
Ago	1.531,1	0,0	1.531,1	1.532,8
Set	1.537,7	0,0	1.537,7	1.533,9
Out	1.557,8	0,0	1.557,8	1.537,2
Nov	1.546,4	0,0	1.546,4	1.524,8
Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.581,5
2009				
Jan	1.631,5	0,0	1.631,5	1.615,6
Fev	1.641,4	0,0	1.641,4	1.627,6
Mar	1.665,5	0,0	1.665,5	1.665,5

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹			
										Mar	Jun	Set	Dez
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	154,3	162,6	164,3	163,9	161,9
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	69,5	69,0	67,3	67,3
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	84,1	93,1	95,3	96,6	94,6
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	39,2	39,0	41,3	47,5	36,5
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	39,2	39,0	41,3	47,5	36,4
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	193,6	201,6	205,5	211,4	198,4
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	69,5	69,0	67,3	67,4
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	123,3	132,1	136,5	144,1	131,0

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

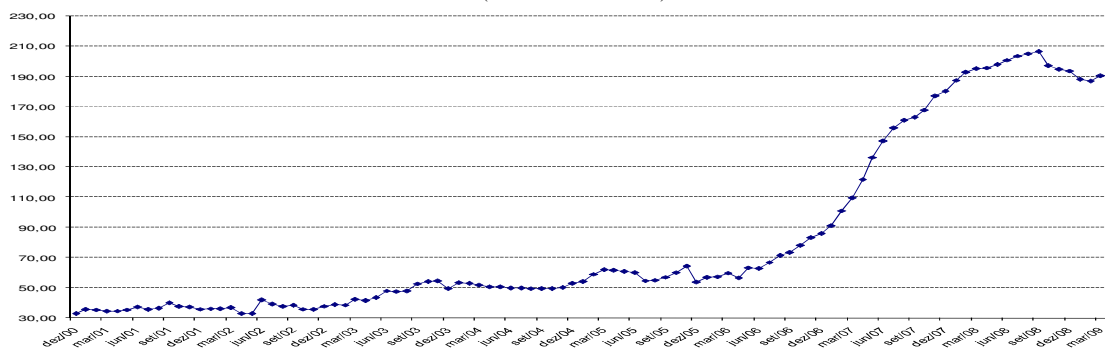
Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007 Dez		180,3
2008	Mar	195,2
	Abr	195,8
	Mai	197,9
	Jun	200,8
	Jul	203,6
	Ago	205,1
	Set	206,5
	Out	197,2
	Nov	194,7
	Dez	193,8
2009	Jan	188,1
	Fev	186,9
	Mar	190,4
	Abr	190,5

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais
(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007	1,77	2,61
2008		
	Abr	1,69 2,64
	Mai	1,63 2,54
	Jun	1,59 2,51
	Jul	1,57 2,44
	Ago	1,63 2,40
	Set	1,91 2,69
	Out	2,12 2,69
	Nov	2,33 2,96
	Dez	2,34 3,24
2009		
	Jan	2,32 2,97
	Fev	2,38 3,02
	Mar	2,32 3,08
	Abr	2,18 2,88

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em abril de 2009 cotação de R\$ 2,18. Com isso, verificou-se uma queda de 5,9% em relação ao mês anterior.

Comparando abril de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma alta de 29,1%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,3	16.403,7	1,5	17.318,2	1,6
2007	1.550,7	0,1	17.135,5	1,3	23.599,7	1,8
2008						
Jan – Dez	-28.299,5	-1,8	17.471,5	1,1	35.416,1	2,2
Jan	-4.028,3	-3,2	2.241,9	1,8	3.049,8	2,4
Fev	-1.881,8	-1,5	1.443,2	1,2	1.307,1	1,1
Mar	-4.344,8	-3,4	1.114,5	0,9	4.435,9	3,4
Abr	-3.083,0	-2,4	1.285,6	1,0	3.752,7	2,9
Mai	-788,7	-0,6	987,3	0,7	3.266,4	2,4
Jun	-2.785,7	-2,1	1.543,3	1,2	3.763,7	2,8
Jul	-2.168,1	-1,6	2.018,6	1,5	3.241,7	2,4
Ago	-1.099,0	-0,8	1.098,4	0,8	1.961,7	1,4
Set	-2.767,1	-2,0	1.265,5	0,9	3.450,4	2,5
Out	-1.454,6	-1,0	1.206,2	0,8	2.273,4	1,6
Nov	-976,4	-0,7	1.146,9	0,8	1.563,1	1,2
Dez	-2.922,0	-2,4	2.120,1	1,7	3.350,2	2,7
2009						
Jan	-2.764,1	-3,3	1.962,8	2,4	722,2	0,9
Fev	-610,8	-0,8	1.331,5	1,6	1.166,9	1,4
Mar	-1.644,7	-1,9	1.144,5	1,3	2.028,2	2,4

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Abr	14,1	166,9	359,0	12,3	135,3	270,8	1,7	31,6
Mai	19,3	172,6	371,1	15,2	140,8	281,7	4,1	31,8
Jun	18,6	178,1	382,9	15,9	147,3	294,8	2,7	30,7
Jul	20,5	184,4	396,5	17,1	153,7	307,5	3,3	30,7
Ago	19,7	189,1	406,5	17,5	159,6	319,4	2,3	29,5
Set	20,0	194,9	419,1	17,3	166,2	332,6	2,7	28,7
Out	18,5	197,7	425,0	17,3	171,2	342,5	1,2	26,5
Nov	14,8	198,4	426,5	13,1	172,3	344,7	1,6	26,1
Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,2	346,6	2,3	24,7
2009								
Jan	9,8	194,4	418,1	10,3	171,1	342,3	-0,5	23,4
Fev	9,6	191,2	411,2	7,8	166,9	334,1	1,8	24,3
Mar	11,8	190,4	409,5	10,0	165,3	330,9	1,8	25,1
Abr	12,3	188,7	405,7	8,6	161,6	323,4	3,7	27,1

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em abril de 2009, totalizaram US\$ 12,3 bilhões, alta de 4,3% em relação ao mês anterior.

As importações somaram US\$ 8,6 bilhões, em abril de 2009.

O saldo de abril no comércio exterior brasileiro ficou estável em US\$ 3,7 bilhões.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	(em %)	
				Divulgada pelo COPOM	
1995	53,1	33,4	53,9		nd
1996	27,1	16,3	27,6		nd
1997	24,6	15,9	25,2		nd
1998	28,6	26,4	29,5		nd
1999	25,1	4,3	26,3		nd
2000	17,3	6,9	17,6		nd
2001	17,3	6,2	17,5		nd
2002	19,1	-5,8	19,1		nd
2003	23,3	14,5	23,4		nd
2004	16,2	3,6	16,2		nd
2005	19,0	17,6	19,1		nd
2006	15,1	10,9	15,3		nd
2007	11,9	3,7	12,0		nd
2008					
	Mai	0,9	-1,0	11,6	11,75
	Jun	1,0	-0,9	12,1	12,25
	Jul	1,1	0,0	12,4	13,00
	Ago	1,0	1,4	12,9	13,00
	Set	1,1	0,7	13,4	13,75
	Out	1,2	0,1	13,7	13,75
	Nov	1,0	0,9	13,6	13,75
	Dez	1,1	1,6	13,7	13,75
2009					
	Jan	1,0	1,0	13,4	12,75
	Fev	0,9	1,0	12,7	12,75
	Mar	1,0	1,8	11,7	11,25
	Abr	0,8	0,8	11,1	10,25

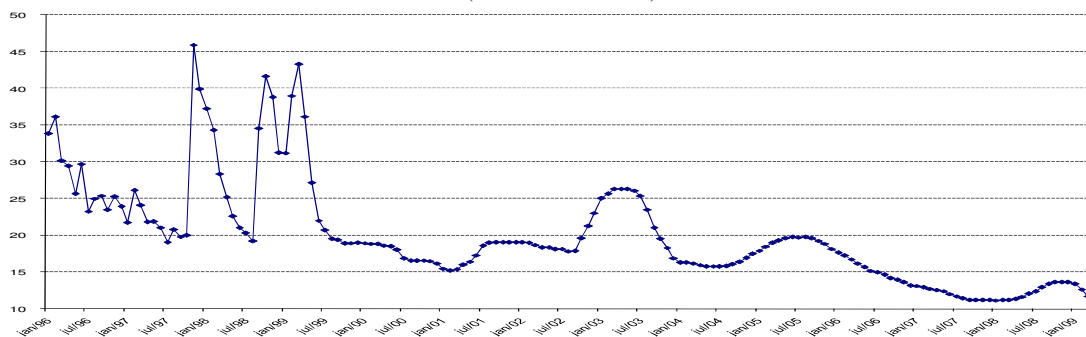
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
2008	37,7	15,3	26,6	
	Mar	35,2	14,7	25,5
	Abr	34,7	14,4	25,0
	Mai	33,5	14,5	24,5
	Jun	34,7	13,9	24,6
	Jul	36,6	14,5	25,6
	Ago	37,6	14,9	26,3
	Set	38,5	14,7	26,4
	Out	39,7	17,7	28,4
	Nov	43,1	18,4	30,1
	Dez	45,0	18,3	30,6
2009	Jan	43,4	18,8	30,5
	Fev	41,4	19,0	29,7
	Mar	39,9	17,9	28,5

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e flutuante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,2
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	34,5
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,5
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	35,8
Mai	298,8	726,5	1.025,3	19,6	1.044,9	36,1
Jun	303,9	744,4	1.048,4	19,3	1.067,7	36,3
Jul	307,5	758,9	1.066,4	19,5	1.085,9	36,7
Ago	311,9	777,9	1.089,8	20,4	1.110,3	37,6
Set	324,1	807,4	1.131,5	21,3	1.152,8	38,7
Out	336,8	826,7	1.163,5	21,6	1.185,1	39,5
Nov	345,8	838,2	1.183,9	24,4	1.208,3	40,4
Dez	356,1	844,0	1.200,1	27,2	1.227,3	41,3
2009						
Jan	357,9	843,7	1.201,6	27,7	1.229,3	41,5
Fev	362,2	838,9	1.201,2	27,8	1.229,0	41,6
Mar	366,7	846,3	1.213,0	28,1	1.241,1	42,5

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.